

Por: **Alexandre Mathias** - Estrategista Chefe, **Bruno Benassi** - Analista de Ativos e **Luciano Costa** - Economista Chefe

**Copom decide por alta de 1,0 p.p. e eleva taxa Selic para 13,25% a.a., conforme nossa expectativa**

Conforme nossas expectativas, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) elevou a taxa Selic em 1,0 ponto percentual, para 13,25% ao ano, nesta quarta-feira (29).

A votação foi unânime e o Copom sinalizou somente uma nova elevação de 1,0 p.p. na próxima reunião, que acontece em março — deixando as decisões a partir de maio condicionadas à evolução do cenário. No comunicado, o Copom justificou a decisão da seguinte forma:

O **ambiente externo** permanece desafiador, em especial nos EUA, onde existem dúvidas sobre os ritmos da desaceleração, da desinflação e, consequentemente, sobre a postura do Fed. O cenário externo segue exigindo cautela por parte de países emergentes.

A **atividade e o mercado de trabalho** seguem apresentando dinamismo.

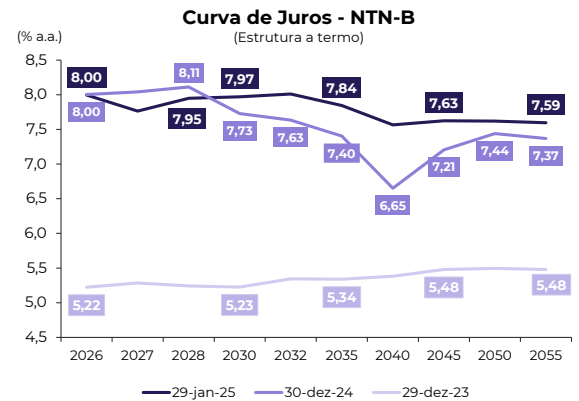
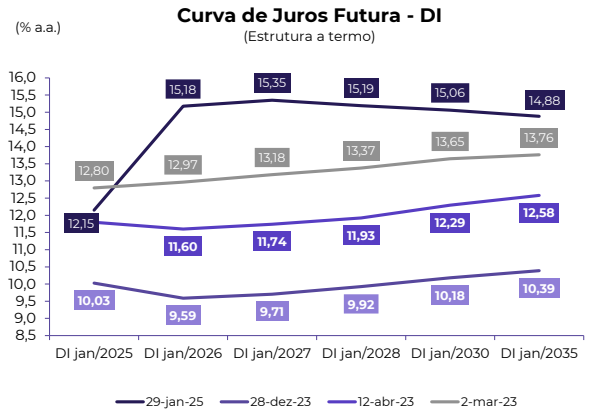
A **inflação e medidas subjacentes** se encontram acima da meta para a inflação e novamente apresentaram elevação nas divulgações mais recentes. As **expectativas de inflação** do Focus para 2025 e 2026 encontram-se em torno de 5,5% e 4,2%, respectivamente.

A **projeção de inflação** do Copom para o terceiro trimestre de 2026, atual horizonte relevante de política monetária, situa-se em 4,0% no cenário de referência.

Entre os **fatores de risco**, o **comitê destaca que a assimetria do balanço de riscos persiste**. Os riscos de alta são: (i) desancoragem das expectativas de inflação por período mais prolongado; (ii) maior resiliência na inflação de serviços e um hiato do produto positivo; e (iii) uma conjunção de políticas econômicas externas e internas que tenham impacto inflacionário, por exemplo, por meio de uma taxa de câmbio persistentemente mais depreciada. Já os riscos de baixa são: (i) impactos sobre o cenário de inflação de uma eventual desaceleração da atividade doméstica mais acentuada do que a projetada; e (ii) um cenário menos inflacionário para economias emergentes decorrente de choques sobre o comércio internacional e sobre as condições financeiras globais.

Sobre o cenário **fiscal**, o comitê segue acompanhando com atenção os desenvolvimentos da política fiscal. A percepção dos agentes sobre o regime fiscal e a sustentabilidade da dívida segue impactando de forma relevante os preços dos ativos.

**Decisão de elevar a Selic para 13,25% a.a.:** o cenário é caracterizado por desancoragem adicional das expectativas de inflação, resiliência na atividade e pressões no mercado de trabalho. Diante da continuidade do cenário adverso para a convergência da inflação, o Copom indicou que projeta, se confirmando o cenário esperado, um ajuste de mesma magnitude na próxima reunião. O comitê optou por dar a sinalização futura somente para a decisão de março, condicionando as próximas reuniões à evolução do cenário.



**O que isso implica para os investimentos**

**O Copom decidiu por unanimidade elevar a taxa de juros de 12,25% a.a. para 13,25% a.a.** citando “o cenário [...] marcado por desancoragem adicional das expectativas de inflação, elevação das projeções de inflação, resiliência na atividade econômica e pressões no mercado de trabalho, o que exige uma política monetária mais contracionista”.

Os diretores enxergam a continuidade da “assimetria altista no balanço de riscos para os cenários prospectivos para a inflação”.

O Comunicado conclui que “Diante da continuidade do cenário adverso para a convergência da inflação, o Comitê antevê [...] um ajuste de mesma magnitude na próxima reunião. Para além da próxima reunião, o Comitê reforça que a magnitude total do ciclo de aperto monetário será ditada pelo firme compromisso de convergência da inflação”.

Diante da deterioração adicional da percepção de risco fiscal, que segue contaminado o câmbio e as expectativas de inflação em um ambiente de economia aquecida e favorável a repasses de custos — algo que o próprio BC apontou —, julgamos que **uma sinalização de nova alta de 100 p.p. em maio teria contribuído bastante para reforçar a credibilidade antinflacionária da diretoria do BC, sob a liderança do novo presidente.**

Ainda que a ausência do sinal não impeça novas altas, uma postura mais ostensiva teria ajudado a ancorar as expectativas e a consolidar a mensagem de que a nova diretoria, tal como a anterior, não fará rodeios na tarefa de buscar a convergência da inflação para a meta. Isso ocorre pois, como **a percepção de desvio se agravou muito desde a última reunião, será preciso ir além dos 14,25% a.a. já contratados.**

**Consequências para os investimentos:** Embora as projeções de retorno dos ativos — exceto o Ibovespa — superem o CDI no cenário base, este ganho adicional não justifica uma alocação ampla em ativos de risco por conta da elevada incerteza fiscal e o patamar dos juros.

A recomendação é de manter um portfólio defensivo com ênfase na parcela pós e aumento expressivo da parcela indexada ao dólar — seja investindo no exterior ou em ativos locais que acompanhem a moeda dos EUA.

**Juros Brasil:** a curva de juros não deve reagir bem, pois o sinal não foi tão duro quanto a deterioração do cenário exigia.

**Crédito Brasil:** com inflação e juros mais altos, o carregamento do crédito fica atraente, mas o ambiente econômico requer uma postura seletiva.

**Fundos Imobiliários:** o peso dos juros altos atrasa a valorização, mas muitos FIs apresentam dividendos isentos de IR na ordem de 15% a 20% a.a. e permitem antecipar um retorno anual acima do CDI.

**Ações Brasil:** Neste cenário, mesmo com juros mais altos e crescimento menor, o Ibovespa ainda teria fôlego para subir até os 138 mil pontos, mas muitas estratégias ativas que geram alfa podem levar a retornos acima disso. Por isso, faz sentido manter alguma alocação, preferencialmente com capital protegido, na classe.

**Dólar:** alta da Selic e o reforço do compromisso fiscal podem contribuir para estabilizar o Dólar em torno dos R\$ 5,90.

IMPORTANTE: A Monte Bravo Corretora de Valores Mobiliários S.A. (“Monte Bravo”) é uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta mensagem e eventuais anexos podem conter informações confidenciais destinadas a indivíduo e propósito específico, sendo protegidas por lei. Caso você não seja o destinatário ou pessoa autorizada a recebê-la, por favor, avise imediatamente o remetente e, em seguida, apague o e-mail. É terminantemente proibida a utilização, cópia ou divulgação não autorizada das informações presentes neste e-mail. As informações nele contidas e em seus eventuais anexos são de responsabilidade do seu autor, não representando necessariamente ideias, opiniões, pensamentos ou qualquer forma de posicionamento por parte da Monte Bravo. Por fim, é imprescindível que o destinatário verifique este e-mail e todos os anexos em busca de possíveis vírus. A empresa/remetente não assume responsabilidade por quaisquer danos decorrentes da transmissão de vírus através deste e-mail.